

Ministério Público

Minas Gerais

Concurso 42

Prova Preambular (1º Fase)

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1 - Quanto às limitações ao poder de reforma da Constituição, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A autonomia dos Estados e dos Municípios e a organização bicameral do Poder Legislativo são princípios abrangidos por dupla limitação da irreformabilidade, que provém da forma federativa de Estado.
- b) O poder de reforma ou de emenda é poder limitado na sua atividade de constituinte de segundo grau.
- c) A limitação é idéia imanente ao poder constituinte instituído.
- d) As limitações materiais explícitas, assim configuradas em sede de norma constitucional, não exaurem as linhas da demarcação intransponível pelo poder de emenda; há limitações materiais implícitas difundidas nas regras constitucionais.
- e) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

2 - Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, EXCETO

- a) criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública.
- b) moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
- c) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- d) transferência temporária da sede do Governo Federal.
- e) a fiscalização e controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

3 – Compete, privativamente, ao Senado Federal, EXCETO

- a) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão Legislativa.
- b) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- c) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- d) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- e) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

4 - A Constituição Federal, com relação ao poder de tributar, consagra os princípios enumerados abaixo, EXCETO

- a) legalidade estrita ou da reserva legal tributária.
- b) irretroatividade tributária.
- c) anterioridade.
- d) a limitabilidade do tráfego de pessoas ou de bens.
- e) capacidade contributiva.

5 – Assinale a alternativa INCORRETA

- a) O quorum constitucional de maioria simples corresponde a um número variável.
- b) Nas votações por maioria simples o quorum de instalação da sessão corresponde a maioria absoluta dos membros da Casa, mas satisfeito o quorum inicial, o projeto poderá ser posto em votação, aplicando-se como quorum de votação a maioria dos presentes.
- c) O quorum qualificado pode ser previamente calculado pois, diversamente do quorum de maioria simples, trata-se de um número fixo.
- d) A maioria absoluta é espécie do gênero maioria qualificada.
- e) Para se apurar a maioria absoluta não se leva em conta o número total dos integrantes da respectiva Casa Legislativa.

6 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Pelo princípio da indissolubilidade consagrado pela nossa Constituição inexistem em nosso ordenamento jurídico o denominado direito de secessão.
- b) A Federação Brasileira prevê, como instrumento de manutenção do pacto federativo, a intervenção da União nos Estados-membros.
- c) Os municípios situados no âmbito territorial dos Estados-Membros expõem-se à possibilidade constitucional de sofrerem intervenção decretada pela União Federal.
- d) O mecanismo da intervenção constitui instrumento essencial à viabilização do próprio sistema federativo, não obstante o caráter excepcional de sua utilização.
- e) O tratamento restritivo constitucionalmente dispensado ao mecanismo da intervenção federal, impõe que não se ampliem as hipóteses de sua incidência.

7 – Controle de constitucionalidade por via de exceção é o chamado controle

- a) misto, adotado no Brasil, onde convivem harmonicamente os controles difuso e abstrato.
- b) abstrato, que tem como característica a discussão da Lei em tese e como objeto leis ou atos normativos federais e estaduais.
- c) difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos *erga omnes*.
- d) difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos *inter partes*.
- e) político.

8 – Com relação à lei orçamentária anual

- I- compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II- compreende o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III- compreende o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos e ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;
- IV- o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- V- não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

- a) todas as afirmativas estão incorretas;
- b) todas as afirmativas estão corretas;
- c) estão incorretas as afirmativas I, II, III;
- d) apenas estão corretas as afirmativas I, II, III e V;
- e) estão incorretas as afirmativas I e IV.

9 – Das afirmativas abaixo.

- I- O princípio republicano, nos termos expostos pela manifestação constituinte originária de 5 de outubro de 1988, implica, inexoravelmente, obediência ao ditame da legitimidade popular do Presidente da República, dos Governadores de Estado, dos Prefeitos Municipais, das Câmaras de Deputados (tanto na órbita federal como estadual) e de Vereadores.
- II- A Federação ou Estado federal brasileiro compreende a interação de coletividades parciais autônomas.

III- Por força do art. 1º da Constituição Federal o Município integra à estrutura política administrativa do Estado federal brasileiro equiparando-se nesse particular, às demais entidades federativas.

IV- No Brasil o federalismo assimétrico vem demarcado na Constituição de 1988, inclusive em matéria de natureza tributária.

- a) todas as afirmativas estão corretas;
- b) apenas as afirmativas I e IV estão corretas;
- c) apenas as afirmativas I e IV estão incorretas;
- d) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas;
- e) todas as afirmativas estão incorretas.

10 – A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos

- a) a soberania e a segurança nacional.
- b) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- c) a livre iniciativa, a dignidade do trabalhador, a soberania, a cidadania e o valor social do pluralismo democrático.
- d) a soberania, a cidadania, os valores sociais da livre iniciativa, o trabalho dignificante e o pluralismo ideológico.
- e) a política democrática do pluralismo de classes e a soberania da nação.

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

11 - Assinale a opção INCORRETA:

- a) o sistema administrativo brasileiro sofreu influência do modelo francês;
- b) o Direito Administrativo é um dos ramos do Direito Público;
- c) o sistema administrativo brasileiro é plenamente compatível com decisões administrativas com força de coisa julgada material;
- d) a nomeação de um servidor no âmbito do poder judiciário é regulado pelo Direito Administrativo;
- e) está alcançado pelo Direito Administrativo, toda e qualquer atividade de administração, oriundo de todos os Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário;

12 – Assinale a opção CORRETA:

- a) para contratação de obras, serviços e compras, as empresas estatais prestadoras de Serviços Públicos não estão sujeitas à Lei 8.666/93;
- b) no Direito Brasileiro a licitação inicialmente foi tratada no Código de Contabilidade Pública da União, de 1922;
- c) o procedimento licitatório desenvolve-se visando exclusivamente a Administração Pública, pouco importando quanto aos licitantes, bastando verificar proposta mais vantajosa;
- d) a publicidade dos atos interessa à administração que promove a licitação e aos licitantes;
- e) é dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição;

13 - Assinale a alternativa INCORRETA:

Em relação à sociedade de economia mista, pode-se afirmar:

- a) realiza, entre outros, serviços públicos de natureza industrial, por sua conta e risco;
- b) ostenta estrutura e funcionamento de empresa particular;
- c) terá a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, podendo, excepcionalmente ser sociedade anônima;
- d) conta com a participação ativa do Estado e do particular, podendo receber incentivos oficiais ou ajuda técnica;
- e) pode ser instituída pela União, Estados-membros e Municípios sendo instrumento de descentralização de atividades ou serviços públicos ou de interesse coletivo;

14 – Assinale a alternativa CORRETA:

Relativamente aos Servidores Públicos:

- a) a estabilidade no serviço público, não foi extinta por meio da Emenda n.º 19, de 1988, todavia, passado a efetivo após 02 anos;
- b) o edital do concurso público pode estabelecer sua validade em até 05 anos;
- c) a regra de remuneração por subsídio, composto de parcela única, é obrigatório para Juiz de Direito, Promotor de Justiça e Procurador do Estado;
- d) no âmbito da administração Pública Federal os cargos comissionados não podem ser providos sob regime jurídico celetista;
- e) a perda do cargo do servidor estável por desempenho insuficiente não será necessário o procedimento próprio, com ampla defesa e contraditório, quando a insuficiência for pública e notória;

15 – Assinale a alternativa INCORRETA:

A respeito dos órgãos e agentes públicos:

- a) no Brasil foi adotada a Teoria do Órgão para explicar a atuação dos agentes públicos em nome do Estado;
- b) órgãos públicos podem celebrar, por meio de seus administradores, contratos de gestão com outros órgãos ou com pessoas jurídicas;
- c) embora despersonalizados, os órgãos mantêm relações funcionais entre si e com terceiros, na forma devidamente regulamentada;
- d) segundo a teoria do órgão, a pessoa jurídica é o todo, enquanto os órgãos são parcelas integrantes desse todo;
- e) qualquer órgão público tem capacidade processual para defender, em juízo, suas prerrogativas;

16 – Assinale a alternativa CORRETA:

Relativamente à responsabilidade dos servidores públicos, podemos afirmar:

- a) no direito administrativo não há divergência entre culpa e dolo;
- b) a falta funcional gera o ilícito administrativo, ensejando aplicação de pena disciplinar, pelo superior hierárquico, no devido processo legal;
- c) tratando-se de fato público e notório, a aplicação de sanção administrativa, não exige a motivação da penalidade;
- d) para aplicação de qualquer punição, deve ser observadas com rigor, as regras típicas do processo penal;
- e) a extinção da pena administrativa, ocorre somente com o seu cumprimento;

17 – Assinale a opção INCORRETA:

- a) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;
- b) lei contendo dispositivos de natureza tributária não perde sua vigência, se uma lei nova contém norma especial a par daquela;
- c) os tratados e convenções internacionais revogam e modificam a legislação tributária interna;
- d) a atualização do valor monetário da base de cálculo de qualquer tributo poderá ser feita por decreto;
- e) aplica-se para uma situação ocorrida antes de sua vigência a lei tributária que comina penalidade menos severa que a prevista na lei ao tempo da sua prática;

18 – Assinale a opção CORRETA:

- a) a competência tributária especial é de exclusividade dos Municípios;
- b) os impostos extraordinários podem ser instituídos pela União e Estados;
- c) a União pode conceder isenção de impostos municipais, desde que devidamente referendado pelo Senado Federal;
- d) quando o tributo só pode ser instituídos pela entidade pública a que a Constituição Federal deferir exclusivamente, diz-se competência privativa;
- e) os produtos industrializados destinados ao exterior estão sujeitos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias;

19 – Assinale a opção CORRETA:

A cobrança do crédito tributário prescreve, contados da data de sua constituição, no prazo de:

- a) vinte e cinco anos;
- b) vinte anos;
- c) dois anos;
- d) dez anos;
- e) cinco anos;

20 – Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários é de competência federal;
- b) os impostos podem ser cumulativos e não-cumulativos;
- c) impostos progressivos são aqueles que podem ser aumentados gradativamente, em relação ao aumento dos valores sobre os quais incidem;
- d) o imposto de exportação sujeita-se ao princípio da anterioridade, conforme dispõe a Constituição Federal;
- e) à União compete instituir impostos sobre grandes fortunas, nos termos da lei complementar;

PROVA DE DIREITO PENAL

21 - O condenado é beneficiado com livramento condicional, em relação a uma pena de 06 anos de reclusão, exatamente no dia em que cumpriu um terço da mesma. Decorrido 02 anos e 03 meses do período de prova, é novamente condenado, em decisão transitada em julgado, a pena de 02 anos de reclusão, por crime cometido anteriormente ao período de prova. O juiz revoga o benefício e o condenado foge para evitar sua prisão.

Na hipótese, a prescrição que começa a correr é da pretensão

- a) punitiva e deve considerar uma pena de 06 anos.
- b) punitiva e deve considerar uma pena de 03 anos e 09 meses.
- c) executória e deve considerar uma pena de 06 anos.
- d) executória e deve considerar uma pena de 03 anos e 09 meses.
- e) executória e opera efeitos retroativamente ao início do livramento.

22 - Durante a realização de um show de Rock, em um estádio de futebol, Tício e Mévio querem praticar crime de estupro contra uma mulher que está sozinha em um dos corredores do estádio. Os dois, em cooperação, realizam processo violento de submissão da vítima, mas são presos quando Tício já tinha mantido conjunção carnal com a mesma e Mévio ainda não. Na ocasião, também é preso um policial civil que estava de serviço no local e, com interesse lascivo, desde o início observava a ação dos dois homens, sem intervir.

Sobre a responsabilização dos detidos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Tício comete estupro consumado, Mévio e o policial tentativa de estupro.
- b) Tício comete estupro consumado, Mévio tentado e o policial não comete crime.
- c) Tício e Mévio cometem estupro consumado, o policial não comete crime.
- d) Tício e Mévio cometem estupro tentado, o policial não comete qualquer crime.
- e) Todos os três envolvidos cometem um único crime de estupro consumado.

23 - Sobre a hipótese em que o agente erra sobre o pressuposto fático de uma causa excludente de ilicitude, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Segundo a teoria limitada da culpabilidade, será sempre um erro de proibição.
- b) Pela teoria adotada pelo código penal será sempre um erro de proibição.
- c) Segundo teoria limitada da culpabilidade, ocorrerá sempre um erro de tipo.
- d) Segundo a teoria extremada da culpabilidade, ocorrerá sempre um erro de tipo.
- e) Pelo código, tanto poderá caracterizar um erro de tipo ou de proibição.

24 – Uma pessoa, da janela de seu apartamento, efetua dois disparos de arma de fogo contra um seu desafeto que passava na rua, pretendendo lesioná-lo. Por erro na execução, um projétil acerta um automóvel que estava estacionado (não era seu); o outro projétil acerta um transeunte, produzindo-lhe a morte. O desafeto do atirador não sofre qualquer lesão.

Segundo o código penal brasileiro, o atirador deve responder pelo crime de:

- a) lesão corporal seguida de morte.
- b) tentativa de lesão corporal e homicídio culposo.
- c) homicídio culposo, unicamente.
- d) homicídio culposo e dano, em concurso material.
- e) homicídio doloso consumado.

25 - Na perspectiva de um Estado Democrático de Direito, a intervenção punitiva estatal deve:

- a) proteger integralmente os bens jurídicos, mediante tipificação.
- b) cuidar para que a pena não constitua violência contra o condenado.
- c) realizar primordialmente os objetivos da prevenção geral.
- d) garantir que a sociedade não vivencie sentimentos de impunidade.
- e) em favor da celeridade, admitir exceções às garantias fundamentais.

26 - Sobre a aplicação imediata de pena, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A quantidade da pena pode ser estabelecida aleatoriamente pelo Promotor.
- b) A proposta é formulada sem informar ao beneficiário qual o crime imputado.
- c) A composição civil dos danos é requisito obrigatório, nos crimes ambientais.
- d) Nunca será cabível se ao crime for cominada pena máxima superior a 01 ano.
- e) Não poderá beneficiar aquele que já tiver sido condenado por contravenção.

27 - Nos crimes contra a ordem tributária, definidos na Lei 8.137/90, o pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia caracteriza:

- a) causa extintiva de punibilidade.
- b) pressuposto da transação penal.
- c) causa de diminuição de pena.
- d) circunstância legal atenuante.
- e) fato penalmente irrelevante.

28 - Um prefeito municipal, pretendendo realizar operação de crédito interno que sabe inobservar uma condição estabelecida em Resolução do Senado Federal, pede autorização à Câmara Municipal. Deliberadamente sem mencionar o problema da Resolução, o prefeito faz pronunciamento na Câmara e pede aos vereadores a aprovação de seu pleito. Na apreciação do pedido, apenas um vereador percebe a contradição do pedido com a Resolução do Senado mas, visando obter posteriormente alguma vantagem, não alerta os demais vereadores e auxilia o prefeito votando pela autorização da realização da referida operação de crédito. A decisão da câmara é favorável ao prefeito, por maioria de apenas um voto. Posteriormente, o prefeito realiza a operação de crédito.

No caso, o prefeito

- a) não comete qualquer crime pois sua conduta teve autorização legislativa.
- b) e os vereadores favoráveis cometem crime contra a administração pública.
- c) e o vereador que agiu conscientemente cometem dois crimes diferentes.
- d) não comete qualquer crime, pois o Senado não limita operações de crédito.
- e) e o vereador que agiu conscientemente cometem o mesmo crime.

29 - O princípio político-criminal do *nula poena sine culpa* em sua aplicação específica no momento da dosimetria da pena, significa que:

- a) o resultado de que depende a existência do crime deve ser produzido, ao menos, culposamente.
- b) a culpabilidade estabelece limite às três fases da dosimetria, não permitindo pena acima do indicado pela reprovação pessoal.
- c) a medida da culpabilidade impõe limite que somente tem aplicação quando se tratar de concurso de pessoas.
- d) somente a definição da pena-base está influenciada pelo juízo de reprovação da culpabilidade.
- e) o resultado que agrava especialmente a pena deve ser produzido, ao menos, culposamente.

30 - Um banhista se aventura no mar agitado e é levado por uma correnteza para fora da arrebentação. Não sabendo nadar e começando a se afogar, o banhista pede auxílio a um salva-vidas que se encontrava na areia. O salva-vidas entra no mar para retirar da água o banhista mas, devido a força da correnteza, morre afogado. O banhista, posteriormente à morte do salva-vidas, é resgatado por um helicóptero. Embora quase tenha morrido no mar, o banhista conseguiu sobreviver.

Sobre o caso, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Como o banhista, com seu comportamento anterior criou o risco da morte do salva-vidas, responde por homicídio doloso.
- b) Não há imputação objetiva do homicídio ao banhista porque seu comportamento foi insignificante.
- c) Como o banhista estava na posição de garantidor, responde por omissão de socorro com resultado morte.

- d) Não há relação de causalidade normativa entre a conduta do banhista e a morte do salva-vidas.
- e) O banhista tinha o dever legal de salvar o salva-vidas e, não o fazendo, responde por homicídio culposo.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O promotor de justiça não poderá oferecer denúncia se o inquérito policial for enviado ao Ministério Público sem o seu relatório conclusivo, ainda que o promotor entenda já existirem elementos suficientes para a propositura da ação penal, haja vista que o minucioso relatório da autoridade policial é peça imprescindível.
- b) O requerimento de diligências por parte do ofendido ou do indiciado, na fase pré-processual penal, não tem previsão legal, considerando que o inquérito policial é peça meramente informativa, onde não se encontra presente o contraditório.
- c) A não observância da providência de nomeação de curador ao réu menor pela autoridade policial, prevista no Código de Processo Penal, acarreta nulidade posterior da ação penal, assim que argüida pela Defesa.
- d) Os autos de inquérito policial serão remetidos à Justiça e os instrumentos do crime ficarão depositados na Delegacia de Polícia, após concluídas as investigações, devendo os instrumentos do crime ser encaminhados à Justiça somente quando requisitados pela autoridade judicial ou pelo Ministério Público.
- e) A fiança poderá ser concedida pela própria autoridade policial em casos de infração punida com detenção, porém, uma vez quebrada a fiança somente o juiz poderá decretar a prisão.

32 - Sobre a prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960/89, é CORRETO afirmar que é

- a) admitida somente para os crimes tentados ou consumados previstos em rol taxativo (*numerus clausus*), em virtude do princípio da legalidade.
- b) cabível nas mesmas hipóteses da prisão preventiva, desta se diferenciando somente quanto ao prazo de duração.
- c) imprescindível, para sua decretação, que haja prova da materialidade da infração, quando esta deixar vestígios.
- d) prevista na Lei dos Crimes Hediondos com prazo especial de duração, podendo a prisão ser prorrogada por igual período em caso de necessidade.
- e) desnecessária a expedição de mandado de prisão, para a sua execução, considerando a sua natureza provisória.

33 - Marcar a alternativa CORRETA.

- a) Os princípios *in dubio pro reo* e do *favor rei* não mitigam o princípio constitucional da isonomia que garante a paridade de armas entre acusação e defesa, possibilitando o manejo de *habeas corpus* pelo advogado ou pelo promotor de justiça.
- b) A realização de interceptação de comunicação telefônica em autos apartados sigilosos, juntados somente antes do relatório da autoridade policial ou antes da sentença, portanto sem prévio conhecimento da parte, ofende o princípio do contraditório diferido.
- c) A transação penal, prevista na Lei dos Juizados Especiais Criminais, constitui exceção ao princípio da obrigatoriedade mitigada ou discricionariedade regrada da ação penal pública.
- d) O princípio do promotor natural impede a designação de outro promotor de justiça para atuar em determinado feito, mesmo havendo a concordância do promotor de justiça titular.
- e) A colidência entre a defesa técnica e a autodefesa deve ser resolvida pela prevalência da posição mais benéfica ao réu (defesa técnica), como corolário do princípio da ampla defesa, se o réu, intimado da sentença, afirma que não deseja recorrer e seu advogado interpõe apelação.

34 - Marcar a alternativa INCORRETA.

- a) A competência para o decote de qualificadora de crime de homicídio não manifestamente improcedente e reconhecida na pronúncia é privativa do Tribunal do Júri (soberania dos veredictos), mesmo havendo recurso contra a pronúncia.
- b) A competência para julgamento de ex-Prefeito Municipal é do juízo comum de primeiro grau, desde que o fato tenha sido praticado após o cancelamento da Súmula 394/STF, que garantia prerrogativa de foro para os agentes políticos que cometiam crime no exercício da função.
- c) O Código de Processo Penal concede ao Ministério Público legitimidade para propositura da ação reparatória *ex delicto*, mesmo em face de direito individual disponível.
- d) A competência da Justiça Militar Estadual é fixada com base nos critérios *ratione personae* e *ratione materiae*, por isso não tem competência para julgar policiais e bombeiros militares que pratiquem crime de abuso de autoridade.
- e) É competente o juízo comum estadual para julgamento, no caso de médico que recebe honorários do particular, cumulados com cobrança do Sistema Único de Saúde (dupla cobrança), já que não há ofensa direta a interesse da União.

35 - Considerando as afirmativas como verdadeiras ou falsas, assinale a alternativa que contém a seqüência CORRETA.

- () O Ministério Público deve velar pela indivisibilidade da ação penal privada, mas somente no caso de renúncia expressa e não de renúncia tácita, pode pugnar pela extinção da punibilidade de todos os querelados.
- () O agravo de execução deve seguir o rito procedimental do agravo de instrumento previsto no Código de Processo Civil, por interpretação analógica, diante da omissão da Lei de Execução Penal e diante da inexistência de outro instituto de

natureza processual penal.

- () A denúncia, como peça processual, deve ser precisa e clara, mas se admite a chamada denúncia genérica, desde que garantida a compreensão do fato imputado para o exercício do direito de defesa.
- () O flagrante retardado ou ação controlada consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas, desde que mantida sob observação e acompanhamento, para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.
- () A representação na ação penal pública condicionada pode contribuir para o cerceamento do direito à liberdade. Assim, a representação constitui condição de procedibilidade ou de prosseguibilidade, conforme o momento processual, exigindo forma sacramental prevista em lei, para a produção de efeitos.

- a) F, F, V, V, F
- b) V, F, V, F, V
- c) V, V, F, V, F
- d) F, V, F, V, V
- e) F, F, V, F, F

36 - Considerando as afirmativas abaixo como verdadeiras ou falsas, assinale a alternativa que contém a seqüência CORRETA.

- () As intimações dos réus, Defensor constituído, Advogado do querelante e Assistente de Acusação, no processo penal, poderá ser dar através de publicação em Órgão Oficial, desde que existente na Comarca, mas, sempre, incluindo o nome do acusado, sob pena de nulidade.
- () A testemunha devidamente compromissada deve narrar o conhecimento que tem sobre os fatos, expressar sua opinião sobre o que sabe, explicar as razões de sua ciência e demonstrar sua credibilidade ao juiz, auxiliando-o, ao máximo, na apuração da verdade.
- () Os atos de inquirição das testemunhas, da vítima e do indiciado denominam-se “declarações” e “depoimentos”, sendo que as declarações são tomadas durante o inquérito policial e os depoimentos durante a instrução do processo penal.
- () A desistência de oitiva de testemunha arrolada apenas na denúncia pode ser deferida pelo juiz, ainda que haja discordância por parte da defesa, mas sem o exercício do direito de substituição.
- () O procedimento formal para reconhecimento de pessoas e coisas previsto no Código de Processo Penal é dispensável na fase da instrução criminal ou em plenário de julgamento, porque constitui mais um ato confirmatório do que de reconhecimento.

- a) F, F, V, V, F
- b) V, F, V, F, V
- c) V, V, F, V, F
- d) F, F, F, V, V

e) F, V, F, F, V

37 - Sobre o processo de competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O reafortamento é admissível a qualquer tempo, uma vez que este instituto se refere ao juízo de admissibilidade de acusação na pronúncia.
- b) O pedido de desaforamento só é possível após o trânsito em julgado da decisão de pronúncia, porém, nunca depois de realizado um primeiro julgamento pelo Tribunal do Júri, posteriormente cassado em 2ª instância.
- c) A continuidade do processo, quando o crime for inafiançável, fica prejudicada enquanto o réu não for pessoalmente intimado da pronúncia.
- d) O réu pronunciado por crime afiançável que não comparecer, injustificadamente, à sessão designada para julgamento pelo Tribunal do Júri será julgado à revelia.
- e) Os jurados primos entre si não estão impedidos de servir no mesmo Conselho de Sentença.

38 - O recurso cabível para o Ministério Público da decisão judicial que concede ou denega ordem de *habeas corpus* é

- a) a correção parcial.
- b) o recurso de ofício.
- c) o recurso em sentido estrito.
- d) o recurso ordinário em *habeas corpus*.
- e) a apelação.

39 - Considerando as afirmativas como verdadeiras ou falsas, assinale a alternativa que contém a seqüência CORRETA.

- () A suspensão condicional do processo é direito subjetivo do agente. Assim, presentes os requisitos objetivos e subjetivos, mesmo com a discordância do Ministério Público, deve o juiz deferir a benesse.
- () O mero transcurso do prazo de suspensão condicional do processo não tem o condão de provocar a extinção da punibilidade, se somente após o seu término se descobre o implemento de causa obrigatória de revogação preexistente.
- () A impossibilidade de reparar o dano deve ser comprovada durante o período de prova ou ao seu final. Se o autor do fato alega insuficiência econômica, no momento da aceitação da proposta de suspensão, autorizada está a não concessão do benefício.
- () O agente poderá aderir à proposta de suspensão condicional do processo, a qualquer tempo, desde que antes da sentença penal condenatória, não se podendo falar em existência de preclusão temporal.
- () O princípio da presunção de inocência é ofendido pela recusa de proposta de suspensão condicional do processo, se o agente aguarda julgamento de recurso em outra ação penal.

a) V, F, V, F, V.

- b) F, F, V, F, V.
- c) F, V, V, F, F.
- d) F, V, F, V, F.
- e) V, V, F, V, F.

40 - Assinale a alternativa CORRETA.

- a) A ausência de proposta de transação penal na hipótese de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, mesmo diante da presença dos requisitos enumerados no artigo 76 da Lei nº 9.099/95, não acarreta posterior nulidade do processo penal, tendo em vista que o referido delito está previsto em legislação especial.
- b) O recurso cabível da decisão que não recebe a denúncia ou a queixa por crime de imprensa previsto na Lei nº 5.250/67 é o recurso em sentido estrito.
- c) A colaboração processual prevista na nova Lei de Tóxicos somente permite ao Ministério Público propor o sobrestamento do feito ou a redução de pena, se houver efetiva colaboração do beneficiário durante o processo.
- d) O juiz fica obrigado a fundamentar somente a denegação de apelo em liberdade, em caso de condenação, diante da regra contida na Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90), mesmo em se tratando de réu primário e de bons antecedentes.
- e) A intimação do adolescente infrator e do seu defensor é obrigatória em todos os casos de procedência da representação, ou seja, quando aplicadas quaisquer das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

PROVA DE DIREITO CIVIL E COMERCIAL

41 - É INCORRETO dizer que

- a) a simulação é causa de anulabilidade do negócio jurídico no Código Civil de 1916 e de nulidade no de 2002.
- b) não vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro.
- c) a fundação pode ser criada por testamento particular.
- d) o negócio jurídico nulo não pode ser ratificado pelas partes.
- e) a prescrição corre contra os menores relativamente incapazes.

42 - É INCORRETA a seguinte assertiva

- a) Pode-se validar por novação obrigação nula.
- b) Segundo o Código Civil de 1916, a cessão de créditos é eficaz perante terceiros quando celebrada por instrumento público ainda que não transcrito no registro público.
- c) Nas indenizações por fato ilícito, prevalecerá o valor mais favorável ao lesado.
- d) Nas obrigações alternativas, o devedor não pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- e) O terceiro não interessado, que paga dívida alheia em seu próprio nome, não se sub-roga nos direitos do credor, embora tenha direito a reembolsar-se do que pagou.

43 - São CORRETAS as seguintes assertivas, SALVO

- a) A venda de ascendentes para descendentes, sem anuência dos demais descendentes, é nula no regime do Código Civil de 1916, e anulável pelo novo Código.
- b) No sistema do Código Civil de 1916, a procuração poder ser substabelecida, ainda que o outorgante tenha proibido o substabelecimento.
- c) Em caso de homicídio, pago o valor do seguro de vida, a seguradora tem ação regressiva contra o autor do delito.
- d) Considera-se não residencial a locação contratada por pessoa jurídica ainda que o imóvel se destine à residência de seus sócios, diretores ou empregados.
- e) No mútuo, o domínio da coisa emprestada é transferida ao mutuário.

44 - *“Antônio, contratado para prestar serviços de vaqueiro, veio a falecer em 2002, em decorrência de uma chifrada de touro pertencente ao dono da fazenda para o qual trabalhava. O filho menor de Antônio pretende receber indenização pela perda do pai.”* Em face desse caso, é INCORRETO afirmar que

- a) é devida a indenização fundada em acidente de trabalho exigível de órgão previdenciário, sem a apuração de culpa de quem quer que seja.
- b) o fazendeiro responde pela indenização, independentemente de culpa, pois, nos termos do Código Civil, cabe ao dono do animal ressarcir os danos por este causados.
- c) o fazendeiro será responsável pela indenização se provado o dolo ou culpa sua, seja esta grave ou não.
- d) a indenização por danos materiais, porventura devida, consistirá na prestação de alimentos ao filho menor do vaqueiro.
- e) é cabível a pretensão de indenização por danos morais cumulada com danos materiais.

45 - Assinale a assertiva INCORRETA

- a) Nos casos de usucapião e direito hereditário, adquire-se a propriedade imóvel antes do registro em cartório competente.
- b) O possuidor de má fé tem direito a ser ressarcido pelas benfeitorias necessárias.
- c) O objeto da garantia pode ser dado em pagamento ao credor pignoratício, anticrético ou hipotecário.
- d) O motorista que dirige o automóvel do patrão não é possuidor do veículo.
- e) Ao sucessor singular, não é facultado unir sua posse à do antecessor para os efeitos legais.

46 - Assinale a assertiva INCORRETA

- a) O Ministério Público tem legitimação para promover a decretação de nulidade de casamento.
- b) O cônjuge não separado judicialmente é, de direito, curador do outro, quando interdito.
- c) O casamento é negócio jurídico bilateral que pode ser celebrado por procurador especial.
- d) Com autorização judicial, o tutor pode adquirir validamente em hasta pública bem do menor por ele tutelado.
- e) Pode o Ministério Público promover a interdição em caso de loucura furiosa.

47 - Assinale a assertiva INCORRETA

- a) O filho adotivo tem os mesmos direitos hereditários do filho biológico, ainda que a adoção seja anterior à atual Constituição Federal.
- b) No regime do Código Civil de 2002, o cônjuge é herdeiro necessário.
- c) Toda sucessão universal decorre de direito hereditário.
- d) Morrendo pessoa solteira, sem deixar descendentes, é herdeiro único seu pai, se a mãe já era morta, ainda que estejam vivos os avós maternos.
- e) Concorrendo à herança do falecido, irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.

48 - Assinale a assertiva INCORRETA

- a) Na sociedade por cotas, a responsabilidade do sócio limita-se ao valor da sua cota no capital social.
- b) O número de ações preferenciais sem direito a voto não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas pela companhia.

- c) As dúvidas suscitadas entre o acionista e a companhia sobre transferência de ações será dirimida pelo juiz competente para solucionar dúvida levantada pelos oficiais de registro público, excetuadas as questões atinentes à substância do direito.
- d) O estatuto pode excluir as ações com dividendo fixo da participação dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas ou lucros.
- e) A distribuição pública de ações depende de prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.

49 - Assinale a assertiva INCORRETA

- a) Com a sentença decretatória da falência, o falido perde a posse, a administração, a disponibilidade, mas não a propriedade de seus bens.
- b) Para se requerer a falência com base em crédito reconhecido em sentença transitada em julgado, é necessário protestar essa.
- c) É ineficaz em relação à massa falida o pagamento de dívida realizado dentro do termo legal da falência por meio de dação.
- d) Não pode ser objeto de pedido de restituição coisa arrecadada em poder do falido que, embora devida por direito real ou contrato, já tiver sido alienada pela massa.
- e) Na ação revocatória falimentar propriamente dita, o acolhimento do pedido requer a prova da intenção de prejudicar credores e a fraude do devedor e do terceiro que com ele contratar.

50 - Em se tratando de alienação fiduciária em garantia, é INCORRETO afirmar que

- a) é efeito do contrato o direito potestativo à constituição da propriedade fiduciária.
- b) bem imóveis e direitos podem ser objeto do contrato.
- c) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a prisão do devedor depositário infiel.
- d) o devedor pode transmitir onerosa ou gratuitamente a terceiro o direito de que é titular sobre o bem alienado.
- e) na falência do devedor, o bem objeto do contrato pode ser alienado pelo síndico na forma e para os efeitos da lei falimentar.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51 - Com base nas regras previstas na Lei nº 9.099/95, pertinentes ao Juizado Especial Cível, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O maior de 18 anos poderá ser autor no processo independentemente de assistência.
- b) Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a citação far-se-á por edital.
- c) Desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia, é lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor.
- d) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.
- e) O acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

52 - Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Se o promotor de justiça, intimado a acompanhar o feito como *custos legis*, recusar-se a fazê-lo, deverá o magistrado representar ao procurador-geral de justiça para que outro promotor seja designado. Caso o procurador-geral não atenda a representação, poderá o magistrado nomear promotor *ad hoc*.
- b) Estando o procurador de justiça presente à sessão de julgamento do tribunal, o prazo para o Ministério Público recorrer será contado da leitura do acórdão.
- c) Quando o juiz indefere a petição inicial por motivo de decadência, há encerramento do processo com julgamento do mérito.
- d) Quando o autor abandonar a causa por mais de trinta dias e não suprir a falta após intimado pessoalmente, o processo será extinto sem julgamento do mérito. Nesse caso, a ação poderá ser renovada, com o mesmo objeto, por mais uma vez. Se houver novo abandono da causa e extinção do processo, o autor perderá o direito de ação.
- e) Na citação por edital, o ato citatório deve ser publicado uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, no prazo máximo de 15 dias. Após a última publicação do edital começa a correr o prazo para o réu apresentar defesa.

53 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Suspenso o prazo processual com a superveniência das férias forenses e tendo estas findado numa sexta-feira, o que sobejar do prazo recomeçará a correr no primeiro dia útil seguinte, e não no sábado.
- b) Em relação às comarcas do interior que não dispõem de imprensa local e que utilizam o órgão oficial do Estado para a publicação de seus atos, havendo constatação de que a circulação do jornal ocorre com atraso, pode o tribunal estabelecer que os prazos sejam acrescidos dos dias necessários à efetiva intimação.
- c) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar o prazo recursal.
- d) A retirada dos autos de cartório por uma das partes autoriza a suspensão do prazo comum para a parte contrária.

e) Quando a intimação for feita por publicação do ato na imprensa, começa a correr o prazo da data da juntada aos autos da cópia do jornal que a publicou.

54 - Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

b) O artigo 293 do CPC preceitua que os juros legais estão compreendidos no pedido principal, ou seja, devem ser incluídos na condenação mesmo que omissa a petição inicial. Por isso, pode o tribunal, em sede de reexame necessário, corrigir a sentença para incluí-los, embora não tenha recorrido a parte contrária à Fazenda Pública.

c) Cabe juízo de retratação em apelação quando o recurso for interposto contra indeferimento da petição inicial.

d) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor; se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las, a sentença as incluirá na condenação, enquanto durar a obrigação.

e) Uma vez interposto o recurso, mesmo que os autos ainda se encontrem no primeiro grau de jurisdição, a medida cautelar deverá ser requerida diretamente ao tribunal que julgará o recurso.

55 - Assinale a alternativa CORRETA.

a) Contra o ato judicial que julga exceção de incompetência cabe recurso de apelação.

b) A carta precatória é o instrumento utilizado pelo tribunal para requisitar de juiz subordinado a prática de atos processuais.

c) O prazo para o réu responder aos termos da ação rescisória é fixado pelo magistrado, não podendo, em regra, ser inferior a 15 dias e nem superior a 30.

d) Presumir-se-ão verdadeiros os fatos noticiados pelo autor, se o réu, na ação de separação litigiosa, não apresentar contestação.

e) O depoimento pessoal é meio de prova e, portanto, pode o litigante requerer o seu próprio depoimento.

56 - Assinale a alternativa CORRETA.

a) Em julgamento de apelação, o tribunal poderá, de ofício, anular o processo sob o fundamento da ocorrência de cerceamento de defesa.

b) Cabem embargos infringentes contra acórdão, não unânime, que nega provimento a recurso de apelação.

c) Interposto agravo de instrumento contra decisão indeferitória de liminar, será a parte contrária intimada para contraminutar o recurso, ainda que não tenha ingressado na relação processual.

d) O relator do agravo de instrumento poderá converter o recurso em agravo retido, remetendo os respectivos autos ao Juízo da causa, quando não se tratar de questão urgente ou não houver perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação.

e) Ao dar provimento a recurso manejado contra sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, incumbe ao Tribunal, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, mesmo que se trate de questão exclusivamente de direito e que não demande ulterior instrução probatória, devolver os autos ao Juízo de origem para que este aprecie a lide.

57 - Assinale a alternativa INCORRETA.

a) A sentença que concluir pela procedência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

b) O requisito exigido da associação para o ajuizamento de ação civil pública – de que seja constituída há pelo menos um ano – poderá ser dispensado pelo juiz quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

c) Na ação ordinária de combate à improbidade administrativa é vedada a transação, acordo ou conciliação.

d) Na ação civil prevista na Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes que praticam atos de improbidade administrativa, o réu tem direito de, antes de formalizada a citação, ser notificado para apresentar defesa prévia.

e) Compete ao Ministério Público intervir nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural.

58 - Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Segundo a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública com a finalidade de defender direitos coletivos de contribuintes.

b) O Superior Tribunal de Justiça tem decidido que, na ação civil por improbidade administrativa contra agente público municipal, quando o autor é o Ministério Público, pode o Município figurar no pólo ativo como litisconsorte facultativo, não sendo hipótese de litisconsórcio necessário.

c) Não excluída expressamente a paternidade do investigado na primitiva ação de investigação de paternidade, julgada improcedente em virtude da precariedade da prova e da ausência de indícios suficientes a caracterizar tanto a paternidade como a sua negativa, e considerando que, quando do ajuizamento da primeira ação, o exame pelo DNA ainda não era disponível e nem havia notoriedade a seu respeito, admite-se o ajuizamento de posterior ação investigatória. Aplica-se aqui a teoria da relativização da coisa julgada nas ações de estado.

d) Nos termos do § 1º-A do artigo 557 do CPC, o relator poderá dar provimento ao recurso, se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. Desse julgamento, caberá recurso constitucional, salvo se a controvérsia envolver matéria probatória.

e) Na ação civil pública e na ação popular, a improcedência do pedido por insuficiência de provas não leva à coisa julgada material.

59 - Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O juiz excepto deixará de receber a exceção quando não reconhecer a plausibilidade das alegações de suspeição que lhe for atribuída. Desse julgamento caberá recurso ao tribunal.
- b) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- c) Há conexão quando entre duas ou mais ações houver identidade de partes e de causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- d) O Ministério Público será ouvido em conflitos de competência desde que relacionados a processos em que a sua intervenção for obrigatória.
- e) O conflito de competência suscitado por uma das partes não obsta a que a parte contrária ofereça exceção declinatória do foro.

60 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Incumbe à parte, cinco (5) dias antes da audiência de instrução, depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão e a residência.
- b) As cópias das peças que instruem recurso de agravo de instrumento podem ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- c) A citação feita sem observância das prescrições legais, embora nula, admite hipótese de convalidação.
- d) Se o falecido não deixou testamento e não houver herdeiro incapaz ou ausente, desnecessária a intervenção do Ministério Público no inventário.
- e) Ainda que o réu não apresente contestação e se torne revel, o autor não poderá alterar o pedido, salvo promovendo nova citação do réu.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

61 - Assinale a alternativa CORRETA.

Constitui direito de personalidade exclusivo de crianças e adolescentes:

- a) Imagem.
- b) Vida e saúde.
- c) Integridade psíquica.
- d) Convivência familiar.
- e) Verdade.

62 – Assinale a alternativa CORRETA.

- a) A criação de unidade de conservação só pode ser feita mediante lei em sentido estrito.
- b) A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

- c) A zona de amortecimento é parte integrante da unidade de conservação.
- d) As unidades de conservação do grupo do Uso Sustentável não podem ser transformadas em unidades do grupo de Proteção Integral.
- e) A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, só pode ser feita mediante lei específica.

63 – No que concerne à Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97), é CORRETO afirmar:

- a) A outorga implica a alienação parcial das águas.
- b) A outorga não exige o outorgado de obter licenciamento ambiental.
- c) O lançamento em corpo d'água de esgotos tratados, com o fim de diluição, transporte ou disposição final, independe de outorga.
- d) O aproveitamento de potenciais hidrelétricos independe de outorga, conquanto legalmente consagrado o uso dominante dos recursos hídricos para fins energéticos.
- e) A cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem natureza jurídica de imposto.

64 – Assinale o princípio do Direito Ambiental que provoca a inversão do ônus da prova em proveito da proteção do meio ambiente, impondo ao empreendedor a comprovação cabal de que sua atividade não é, ou não será, degradadora da qualidade ambiental.

- a) Precaução.
- b) Poluidor-pagador.
- c) Usuário-pagador.
- d) Informação.
- e) Participação.

65 - A próxima questão deve ser respondida com base no texto apresentado a seguir, adaptado a partir de trechos extraídos do Relatório Final da XI Conferência Nacional de Saúde (Brasília, dezembro de 2000). Leia-o atentamente antes de responder.

“A EFETIVAÇÃO DO SUS SÓ É POSSIVEL COM CONTROLE SOCIAL.

Os participantes da 11ª Conferência Nacional de Saúde entendem que houve avanço significativo no controle social do SUS nos últimos anos, como fruto de intensas mobilizações e lutas, o que contribuiu para a melhoria do acesso, da qualidade e da humanização da atenção à saúde. Os Conselhos de Saúde são os mecanismos de controle social que mais avançaram na aproximação com as necessidades e demandas dos cidadãos. (...)

O Ministério Público carece de maior estrutura técnica para atuar na questão saúde, apesar de ser esta uma área de Relevância Pública, conforme o art. 197 da Constituição. Particularmente em municípios pequenos, o Promotor de Justiça vê-se obrigado a atuar em diversas frentes, o que, aliado à grande rotatividade deste profissional, impossibilita a consolidação de um maior conhecimento em saúde e ações contínuas na área.

Os participantes entendem que o Ministério Público pode contribuir para a implantação do SUS garantindo o direito constitucional à saúde, cumprindo sua competência.”
(<http://www.datasus.gov.br/cns/>)

Considerando as opiniões manifestadas no texto, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A atuação do Ministério Público na garantia do direito à saúde decorre de imposição constitucional.

- b) O controle social do SUS contribui para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
- c) O Promotor de Justiça conhece o sistema de saúde da Comarca onde exerce suas funções.
- d) O zelo pela garantia do direito à saúde constitui atribuição do Ministério Público.
- e) As ações e serviços de saúde são de relevância pública.

66 - Assinale a alternativa INCORRETA.

No sistema do Código do Consumidor, a caracterização do vício do produto gerador de obrigação de redibir exige os seguintes pressupostos:

- a) Causa anterior à tradição.
- b) Contrato de consumo.
- c) Defeito de quantidade ou qualidade.
- d) Impossibilidade de substituição de partes viciadas.
- e) Inadequação do produto ou diminuição de seu valor.

67 - Assinale a alternativa INCORRETA.

A atividade desenvolvida pelos membros do Ministério Público produz os seguintes títulos executivos:

- a) Acordo referendado.
- b) Compromisso de ajustamento de conduta.
- c) Remissão a adolescente infrator.
- d) Sentença homologatória de transação penal.
- e) Sentença penal condenatória.

68 – Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O analfabetismo, ainda que conhecido, mas não argüido na fase de impugnação ao registro de candidatura, poderá sê-lo no recurso contra a diplomação.
- b) Os Juízes Eleitorais são competentes para o julgamento dos recursos contra a diplomação de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.
- c) O Tribunal Superior Eleitoral é competente para o julgamento de recurso contra a diplomação de Presidente e Vice-Presidente da República.
- d) A inelegibilidade não fica suspensa ainda que, anteriormente à impugnação ao registro de candidatura, seja proposta ação para desconstituir a decisão que rejeitou as contas relativas ao exercício de cargo ou função pública.
- e) O eleitor possui legitimidade ativa para a propositura de ação de impugnação ao pedido de registro de candidatura.

69 - São muitas as funções da boa-fé objetiva, pedra angular da legislação que protege o consumidor.

Dentre estas, destacamos a fixação de critérios para a interpretação do conteúdo do contrato (função interpretativa), a criação de deveres secundários ou anexos (função criadora) e o estabelecimento de limites para o exercício de direitos (função limitadora).

Dentre as ementas abaixo, assinale a decisão na qual prepondera a FUNÇÃO INTERPRETATIVA da boa-fé objetiva.

- a) “A cláusula que estabelece o reajuste das prestações pela variação do dólar, a um só golpe, viola três princípios consumeristas: o da transparência, por não haver dado ao consumidor os esclarecimentos necessários ao risco assumido; o da confiança, por frustrar a legítima expectativa do consumidor de continuar pagando as mesmas prestações ajustadas, até o final do contrato; e o da boa-fé objetiva, por transferir ao consumidor os riscos do negócio, que devem ser suportados por quem dele se beneficiar (*ubi emolumentum ibi onera*).” (Apelação Cível n. 5539/2000, 9ª Câmara Cível do TJRJ, Rel. Des. Jorge Magalhães, j. 13.06.00)
- b) “As expressões assistência integral e cobertura total, são manifestações que têm significado unívoco na compreensão comum e, não podem ser referidas num contrato de seguro de saúde, esvaziadas de seu conteúdo próprio, sem que isso afronte o princípio da boa-fé na avença.” (Agravo de Instrumento n. 0174580-2, 1ª Câmara Cível do TAPR, Rel. Juiz Lauro Augusto Fabricio de Melo, 09.11. 01)
- c) “Independentemente de expressa previsão legal, posterior ao contrato, a cláusula que nega cobertura ao segurado em caso de prorrogação da internação, fora do seu controle, é abusiva, pois não pode a estipulação contratual ofender o princípio da razoabilidade, anotando-se que a regra protetiva do CDC veda a contratação de obrigações incompatíveis com a boa-fé e a equidade.” (Apelação Cível n. 0320314-1, 3ª Câmara Cível do TAMG, Rel. Juiz Wander Marotta, j. 14.11.00)
- d) “O dever de informação e, por conseguinte, o de exhibir a documentação que a contenha, é obrigação decorrente de lei, de integração contratual compulsória. Não pode ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva.” (RESP 330261/SC, 3ª Turma do STJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, j. 08.04.02)
- e) “Sob os fundamentos do Código de Defesa do Consumidor, a estipulação do preço do dinheiro encontra limite nos princípios da equidade retributiva e da boa-fé objetiva dos negócios jurídicos, âmbito em que o abuso de poder econômico e o excesso de onerosidade dos encargos pecuniários unilateralmente pactuados caracterizam conduta de lesa-cidadania, promovendo o enriquecimento ilícito do credor e o simultâneo empobrecimento sem causa do devedor.” (Apelação Cível n. 70001856897, 14ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Des. Aymoré Roque Pottes de Mello, j. 21.12.00)

70 – No que se refere aos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/01), considere as seguintes afirmações:

- I. O objetivo das operações urbanas consorciadas reside na implantação de programas urbanísticos de melhoria.
- II. O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos os termos do contrato celebrado.
- III. O direito de preempção é previsto em favor do Município e incide sobre a alienação onerosa entre particulares.

IV. A outorga onerosa do direito de construir, ou “solo criado”, consiste na possibilidade conferida pelo Poder Público ao proprietário de exercer o direito de construir acima do coeficiente previsto em lei.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

GABARITO

A Comissão do XLII Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por seu Presidente, divulga o seguinte gabarito, das provas da 1ª etapa do referido concurso, realizado no dia 12/01/2003.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1-E 2-E 3-A 4-D 5-E 6-C 7-D 8-B 9-A 10-B

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

11-C 12-B 13-C 14-D 15-E 16-B 17-A 18-D 19-E 20-D

DIREITO PENAL

21-D 22-E 23-C 24-A 25-B 26-C 27-A 28-E 29-B 30-D

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31-E 32-D 33-E 34-B 35-A 36-D 37-A 38-C 39-C 40-D

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

41-B 42-A 43-C 44-B 45-E 46-D 47-C 48-A 49-D 50-E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51-B 52-C 53-E 54-B 55-C 56-D 57-A 58-D 59-E 60-A

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

61-D 62-B 63-B 64-A 65-C 66-D 67-C 68-A 69-B 70-E

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2003

Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador Geral de Justiça
Presidente da Comissão de Concurso

Eduardo Nepomuceno de Sousa, Promotor de Justiça
Secretário da Comissão de Concurso

Prova Escrita (2º Fase)

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1) DISSERTAÇÃO :

Vivemos um momento de grande expectativa por profundas reformas político –administrativas no Brasil. Diante desse quadro, comente a possibilidade de conjugação do dinamismo do ordenamento jurídico com o princípio da constitucionalidade como ratio legis (razão legal) da jurisdição constitucional. (máximo 50 linhas)

2) Estabeleça um paralelo entre os artigos 1º e 18 da Constituição Federal, tendo em vista o princípio da indissolubilidade do vínculo federativo. (máximo 15 linhas)

3) “Enfim, tem-se por correto que a rejeição do veto é ato dotado de respaldo constitucional e os motivos substanciais que a determinam escapam, como se disse, ao controle do poder Judiciário”(TJSP- Órgão Especial- Adin n. 14.606-0/3 – Ribeirão Preto – Rel. Des. Nelson Schiesari). Comente a decisão e justifique-a tendo em vista princípios de Direito Constitucional. (máximo 15 linhas)

4) Excepcionalmente, o STF tem admitido ação direta de inconstitucionalidade cujo objeto seja decreto. Pergunta-se : Decreto executivo que, editado para regulamentar lei, venha a divergir de seu sentido ou conteúdo, atingindo texto constitucional reflexa e indiretamente, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade ? (máximo 15 linhas)

Observação : Pede-se que as questões sejam respondidas na mesma ordem em que foram formuladas, facilitando, assim, o trabalho de correção.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1.Tema para dissertação (Máximo de quarenta linhas – 4 pontos)

“DO ATO ADMINISTRATIVO SIMPLES, COMPLEXO E COMPOSTO”

2.JOANA, aposentada no cargo efetivo de orientadora escolar na rede de ensino estadual, foi contratada, na sua especialidade, em fevereiro de 1996, para atender necessidade urgente da Administração Municipal, fato que se repetiu por três anos consecutivos. Pergunta-se: A

administração Municipal poderia recontratá-la no ano letivo de 1999? Justifique e cite a legislação aplicável. (Máximo de vinte linhas – 2 pontos)

3. Acerca do controle da Administração Pública, explique o que tem sido chamado pela doutrina de dualidade de julgamento das contas públicas do Chefe do Poder Executivo Municipal. Cite, também, a legislação aplicável. (Máximo de quinze linhas – 2 pontos)

4. Indique três diferenças entre convênio e contrato administrativos. (Máximo de quinze linhas – 2 pontos)

PROVA DE DIREITO CIVIL

Atenção: A dissertação não poderá ultrapassar 70 linhas. A segunda e terceira questões devem ser respondidas em, no máximo, 30 linhas. A quarta questão, em 10 linhas.

1ª Questão: Autonomia da vontade e intervenção do Estado

O candidato deverá dissertar sobre o tema segundo o conteúdo e a ordem seguintes:

1. A autonomia privada.
 - 1.1 Autonomia ou auto-regramento da vontade ?
 - 1.2. As origens do dogma e o dirigismo privado.
 - 1.3 A lei, o juiz e o negócio jurídico.
 2. A intervenção estatal:
 - 2.1. Causa e finalidade da intervenção contrato.
 - 2.2 As formas de intervenção e o contrato.
 - 2.3 Conceitos indeterminados e o papel do julgador.
 3. A autonomia privada no século XXI.
 - 3.1. Os limites do dirigismo contratual.
 - 3.2. A proteção do hipo-suficiente.
 - 3.3. A dignidade da pessoa humana.
 4. Conclusões.
-

2ª Questão:

“Marli Durand, condômina do Edifício Dijon, propõe em face de Adelino Moreira e Nelson Gonçalves ação cominatória. Alega que esses condôminos ocupam parte do corredor de circulação do Edifício, infringindo a lei e a convenção, por se tratar de área de uso comum. Contestando o pedido, Adelino Moreira sustenta a ocorrência de usucapião, exibindo ata da assembléia geral que autorizou, por maioria dos presentes, a ocupação da área por ambos os réus, há exatamente vinte anos e um mês. Nelson Gonçalves, na sua defesa, argüi que a ação da Autora está prescrita e, mesmo que não estivesse, o fato narrado constitui hipótese de exercício inadmissível do direito, invocando a seu favor o instituto da suppressio. Na

impugnação, a Autora disse que, além de ser impossível usucapião de coisa comum, a ação não estava prescrita e a espécie não configura Verwirkung.”

Levando em consideração que a autora é uma menor de dez anos que se tornou condômina por falecimento de seu pai, responda

2.1 Quais os elementos caracterizadores da suppressio ou Verwirkung ?

2.2 Há princípio positivado no direito brasileiro que permita o seu acolhimento ? Explícite e fundamente a sua existência ou inexistência.

2.3 O caso pode ser resolvido à luz daquele instituto ? Por quê ?

2.4 Deve ser acolhida a arguição de usucapião ou a da prescrição da ação ? Por quê ?

3ª Questão:

“Em março de 2002, um ônibus do Expresso Sergipense trafegava em direção ao Rio de Janeiro. Em Petrópolis, o motorista deu carona a seu irmão. No Rio, aproveitando-se de um engarrafamento na Av. Brasil, três marginais, de revólver em punho, invadiram o veículo e exigiram dos passageiros a entrega de todos os bens de valor. Um passageiro, coronel reformado, reagiu à ação dos assaltantes, provocando um tiroteio, ao final do qual veio a morrer junto com o motorista e irmão desse. A viúva do militar e os filhos menores das outras vítimas propuseram uma ação conjunta contra o Expresso Sergipense, postulando o recebimento de indenização, por danos morais e materiais, devendo estes ser ressarcidos por meio de pensão vitalícia equivalente ao valor da remuneração recebida em vida pelas vítimas. Na contestação, o réu aduziu que não praticara ato ilícito algum, porquanto fora o coronel o causador do infeliz evento, ao reagir ao assalto. Argumentou, ainda, que, na hipótese de procedência do pedido, da indenização deveria ser deduzido o valor do DPVAT recebido pelos beneficiários das vítimas, bem como o do seguro de acidentes contratado pelo Expresso em favor do motorista. Impugnando a contestação, os autores salientaram que a obrigação do réu é levar todo passageiro são e salvo ao seu destino, razão pela qual o pedido deveria ser integralmente acolhido pela sentença.

Na qualidade de Promotor de Justiça oficiante no feito, adotando o texto como relatório, ofereça parecer sobre a procedência ou não do pedido.

4ª Questão:

“ A alienação fiduciária em garantia, tal como o acordo de vontade para transmissão da propriedade imobiliária, é contrato obrigatório.” Essa assertiva está correta ? Por quê?

PROVA DE DIREITO PENAL

Obs: Só é permitida a consulta da texto de legislação, sem comentários ou exposição de motivos.

1ª Questão – Dissertação (valor: 4 pontos – resposta em até 60 linhas):

Imputação objetiva nos crimes ambientais

2ª Questão (valor 2 pontos – resposta em até 20 linhas):

Como deve ocorrer a aplicação da pena, havendo concurso de causas na 3ª fase, quando todas devam operar efeitos? (justifique)

3ª Questão (valor 2 pontos – resposta em até 20 linhas):

Explique as principais teorias que se prestam a distinguir atos preparatórios e executórios, exemplificando a aplicação correta de cada uma com hipóteses de crime omissivo.

4ª Questão (valor 2 pontos – resposta em até 20 linhas):

Um motorista, conduzindo negligentemente seu veículo automotor, atropela um pedestre, produzindo-lhe lesões corporais de natureza grave. O motorista presta imediato socorro ao pedestre, conduzindo-o ao hospital mais próximo. A vítima fica inconsciente e perde muito sangue. Ao primeiro exame, o médico informa à família que para preservar a vida do paciente é necessário fazer uma infusão de sangue. O pai da vítima, em atenção a ditames religiosos da família, não autoriza a infusão mas pede ao médico que realize qualquer outro procedimento capaz de salvar a vida de seu filho. A mãe, diante da conduta do pai, não se manifesta. O médico não faz a infusão e a vítima morre por anemia. Como devem ser responsabilizados os envolvidos? (justifique)

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Peça prática

O Tribunal de Contas Estadual, ao apreciar a prestação de contas do Município de (...), referente ao exercício de 2000 (último ano da legislatura 1997-2000), constatou as seguintes irregularidades:

- que o então Prefeito Municipal realizou despesas sem observância do devido processo licitatório, acarretando prejuízo material ao erário;
- que os então Vereadores editaram resolução majorando os seus subsídios no decorrer da legislatura, afrontando, assim, regra constitucional.

Cópias do parecer prévio do Tribunal de Contas e da documentação pertinente às referidas irregularidades foram enviadas ao Ministério Público Estadual, dando ensejo à instauração de inquérito civil para a elucidação dos fatos.

No decorrer da investigação, apurou-se que os contratos de compras e de serviços realizados sem prévio processo licitatório tiveram por objetivo favorecer terceiros e assegurar ao proveito pessoal ao administrador público, eis que a prova documental colhida no inquérito civil revelou que os preços desses contratos estavam superfaturados e que parte dos pagamentos efetuados aos contratados era, posteriormente, depositado na conta bancária do então Prefeito.

Apurou-se, ainda, que os então Vereadores foram formalmente orientados pelo setor jurídico da Câmara quanto à inconstitucionalidade da majoração dos subsídios no decorrer da legislatura e, mesmo assim, editaram a respectiva Resolução.

Com base estritamente na prova documental obtida na fase de investigação, foi proposta a Ação Civil de responsabilidade por ato de improbidade administrativa contra o ex-Prefeito Municipal, contra os favorecidos nas contratações ilícitas e contra os ex-Vereadores, fundada nos artigos 9º, II, 10, VIII e IX, e 11, I, da Lei nº 8.429/92.

O ex-Prefeito, que também é advogado, atuou em causa própria; e os ex-Vereadores, talvez por questões partidárias, dividiram-se em dois grupos, e cada grupo contratou seu próprio advogado. Os favorecidos com os contratos ilícitos, apesar de devidamente citados, tornaram-se revéis.

Nas contestações oferecidas pelos réus que responderam à citação, foram argüidas as seguintes teses:

a) a defesa do patrimônio público deve ser objeto de ação popular, e não de ação civil pública;

b) a pretensão ministerial está alicerçada em procedimento administrativo nulo que vicia o próprio processo judicial, porquanto as provas foram colhidas sem observância do contraditório e da ampla defesa;

c) os documentos que instruíram a ação civil estão representados por cópia sem autenticação, circunstância essa que impede a aceitação dessa prova, mormente não tendo sido renovada em Juízo.

Em decisão interlocutória contra a qual não houve recurso, o meritíssimo Juiz da Comarca rejeitou a preliminar de inadequação da ação civil pública para a defesa do patrimônio público; e as demais questões foram enfrentadas e rejeitadas na sentença, julgando-se procedentes os pedidos deduzidos pelo Ministério Público.

A intimação dos réus deu-se por publicação da sentença no órgão oficial, em jornal que circulou no dia 03 de agosto 2002 (sábado).

Irresignados, eles apelaram.

O primeiro recurso – interposto pelo ex-Prefeito – foi protocolizado no dia 20 daquele mês (terça-feira), às 18 horas, e preparado no dia seguinte (21.08.2002), insistindo-se apenas na preliminar de inadequação da ação civil pública para a defesa do patrimônio público.

O segundo recurso – interposto por um dos grupos de ex-Vereadores – foi protocolizado e preparado no dia 27 daquele mês, no qual foram abordadas tão-somente as teses de defesa rejeitadas na sentença.

O terceiro recurso – interposto pelo outro grupo de Vereadores – foi protocolizado no dia 28 daquele mês, com os mesmos fundamentos do segundo recurso.

Em 18 de setembro de 2002, os autos foram conclusos ao Magistrado, que proferiu despacho determinando a intimação do segundo grupo de ex-Vereadores para que providenciasse, no prazo de 05 dias, o preparo do seu recurso, sob pena de deserção.

Efetuada o preparo, os autos foram ao Ministério Público para o oferecimento de contra-razões.

Esses são os fatos.

O candidato deverá, em peça única, responder aos recursos, analisando todas as questões processuais que o caso recomenda. Não há necessidade de elaboração de relatório. A peça de contra-razões não deverá ser assinada e tampouco identificada.

2. Perguntas Objetivas

2.1. Invocando o artigo 16, § 8º, do Código Florestal (Lei nº 4.771/65 – com redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24.08.2001), o Oficial do Cartório de Registro Imóveis condicionou o registro da escritura de compra e venda de imóvel rural à averbação da área de reserva legal.

O adquirente do referido imóvel não se conformou com a exigência e impetrou mandado de segurança contra o ato do referido Oficial, pretensão essa acolhida pelo Magistrado da Comarca, que determinou o registro da escritura sem aquela condição.

Embora a sentença estivesse sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, nos termos do parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 1.533/51, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, defendendo o desacerto da decisão judicial e a legalidade do ato administrativo impugnado.

Por maioria, foram providos os recursos oficial e voluntário, prevalecendo o entendimento de que a regra do Código Florestal autoriza a condição imposta para o registro de transações referentes a imóveis rurais que não possuem averbação da área de reserva legal.

Inconformado, o impetrante aviou recurso.

Com base nessas informações, responda, fundamentadamente:

Qual o recurso cabível? Quem deve oferecer as contra-razões ao recurso? Qual o órgão competente para julgá-lo?

2.2. Na hipótese de ocorrer o desmembramento da comarca em virtude de lei que altera a organização judiciária do Estado, passando o local do dano ambiental a pertencer à novel comarca, haverá modificação da competência para o processo e julgamento da respectiva ação civil pública em tramitação? Justifique.

2.3. A Medida Provisória nº 2.225, de 04.09.2001, introduziu modificações na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), acrescentando alguns parágrafos ao seu artigo 17. O § 7º desse artigo passou a assegurar ao requerido o direito de apresentar defesa prévia antes da formação da relação processual, ou seja, antes da citação.

Diante dessa alteração, indaga-se:

Pode o Juiz, antes de proceder à notificação do requerido de que trata o aludido § 7º, atender a requerimento do autor e conceder liminar *inaudita altera parte* para a decretação da indisponibilidade de bens requerido? Justifique.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 1

Foi oferecida denúncia contra “A” perante o juízo da 10ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, por infração do art. 16, da Lei 6.368/76.

“A” foi citado no dia 03/01/03 (sexta-feira), juntando-se o respectivo mandado em 10/01/03 (sexta-feira), nada manifestando até o seu interrogatório, que foi realizado em 24/01/03 (sexta-feira). Nesta última data, foi-lhe nomeado Defensor Público, que assistiu a todo o interrogatório e apresentou defesa prévia e exceção de incompetência do juízo em 07/02/03 (sexta-feira), na qual sustentou a competência do Juizado Especial Criminal, diante do novo conceito de crime de menor potencial ofensivo.

No dia em que recebeu a exceção de incompetência (12/02/03 - quarta-feira), o juiz a indeferiu, dizendo-se competente para a causa, baseado no princípio germânico de que o juiz é juiz de sua competência (*kompetenz kompetenz*). A defesa foi intimada de sua decisão pela publicação oficial de 15/02/03 (sábado).

Irresignada e com fundamento no art. 593, II/ CPP, a defesa interpôs recurso de apelação em 25/02/03 (terça-feira), dia em que teve os autos em mãos. Foi denegado seguimento ao recurso de apelo. Desta decisão ficou ciente a defesa em 25/02/03 (terça-feira), aviando recurso em sentido estrito em 04/03/03 (terça-feira). No recurso, sustentou-se a aplicação analógica do art. 145/ CPPM, a ofensa ao princípio do juiz natural, da igualdade das partes, do contraditório e da ampla defesa. Os autos foram ao Ministério Público em 04/03/03 (terça-feira).

Como Promotor de Justiça, elabore a adequada manifestação processual, considerando as teses abordadas pela Defesa de “A”.

JANEIRO/2003							FEVEREIRO/2003							MARÇO/2003						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1							1
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29
														30	31					

QUESTÃO 2

Em recurso exclusivo do Ministério Público destinado a majorar a pena imposta, pode o procurador de justiça oficiante opinar pela redução da pena? Justificar (máximo de 10 linhas).

QUESTÃO 3

O Ministério Público, em procedimento investigatório por ele instaurado, objetivando apurar ilícitos criminais relacionados com a adulteração de combustíveis e roubo de cargas, requisitou de uma determinada instituição financeira a movimentação pormenorizada das contas correntes de “A”. A instituição financeira negou as informações, sob o argumento da necessidade de preservação do sigilo bancário. O Ministério Público ajuizou mandado de segurança e, através de liminar, conseguiu a informação desejada, o que foi imprescindível para o oferecimento de denúncia antes do julgamento do mandado de segurança. Para se defender, “A” manejou *habeas corpus*, buscando o trancamento da ação penal, ao argumento de que a denúncia se baseou em prova ilícita, colhida por autoridade incompetente e que o promotor de justiça que fez a investigação não poderia atuar na ação penal, por força do art. 252, II/ CPP.

Responda e justifique (máximo de 30 linhas).

- O Ministério Público pode impetrar mandado de segurança em matéria penal?
- O Ministério Público pode requisitar informação bancária ou financeira?

- c) O Ministério Público pode realizar atividade investigatória?
- d) O promotor de justiça que participa da fase pré-processual pode atuar na ação penal?

QUESTÃO 4

“A” utilizava-se de uma empresa de fachada, situada em Belo Horizonte, para justificar a origem dos lucros oriundos do tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, que ocorria na cidade do Rio de Janeiro. A Polícia Federal realizou as investigações e o inquérito foi remetido a uma das Varas Criminais da Justiça Federal do Rio de Janeiro. “A” foi denunciado por *crime de lavagem de dinheiro*, mas não foi citado, por estar em local incerto e não sabido.

Responda e justifique (máximo de 20 linhas):

- a) Fixar o juízo competente para processar criminalmente “A”?
- b) A ação penal pode seguir à revelia do acusado?